

Art. 2º Esta resolução se aplica a todos os estabelecimentos de que trata o artigo 1º (primeiro), sejam urbanas, rurais, públicas, privadas, comunitárias, ou filantrópicas, com ou sem fins lucrativos.

Art. 3º Os estabelecimentos abrangidos por esta resolução deverão manter responsável técnico de nível superior legalmente habilitado, bem como um substituto com a mesma qualificação, que assuma perante a Vigilância Sanitária a responsabilidade técnica pelos estabelecimentos.

§1º Não há obrigatoriedade de registro da responsabilidade técnica em conselhos de classe, porém a responsabilidade técnica deverá ser formalizada em documento assinado pelo(s) gestor(res) do estabelecimento (presidente, conselho administrativo, órgão gestor, ou outros com competência para tal), e também pelo responsável técnico.

§2º A habilitação necessária para que um profissional assuma a responsabilidade técnica pelos estabelecimentos regulados pela RDC nº 29/2011/ANVISA, referem-se à formação de nível superior em qualquer área (em estabelecimentos de ensino que funcionem oficialmente de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes no país), com comprovada capacitação e experiência no atendimento a usuários de substâncias psicoativas, minimamente com evidências de participação em cursos de capacitação sobre o tema, e experiência comprovada na gestão de comunidades terapêuticas ou estabelecimentos afins, desempenho de funções como conselheiro, monitor ou equivalente na área de dependência química.

§3º Define-se como carga horária presencial mínima do responsável técnico:

a) Estabelecimentos com até 30 (trinta) residentes: 12 (doze) horas semanais;

b) Estabelecimentos com até 60 (sessenta) residentes: 24 (vinte e quatro) horas semanais;

c) Estabelecimentos com até 90 (noventa) residentes: 30 (trinta) horas semanais.

§4º A carga horária mínima presencial do responsável técnico deve ser dividida minimamente da seguinte forma:

a) Cargas horárias de 12 (doze) horas semanais: devem ser divididas em dois dias ou mais;

b) Cargas horárias de 24 (vinte e quatro) horas semanais: devem ser divididas em três dias ou mais;

c) Cargas horárias de 30 (trinta) horas semanais: devem ser divididas em quatro dias ou mais;

§5º O estabelecimento deverá dispor de escala de trabalho contendo carga horária com as respectivas jornadas (dias e horários) da presença do Responsável Técnico, mantendo registro da presença do Responsável Técnico, atualizado e disponível para autoridade sanitária.

Art. 4º É permitido nas Comunidades Terapêuticas o serviço voluntário, o qual deverá ser exercido mediante a celebração de termo de adesão entre o estabelecimento e o prestador do serviço voluntário, devendo constar o objeto e as condições de seu exercício, em conformidade com o previsto na Lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998, ou outro regulamento que venha substituí-lo.

Art. 5º Os estabelecimentos devem manter profissional que responda pelas questões operacionais durante todo o seu período de funcionamento, podendo ser o próprio responsável técnico ou pessoa designada para tal fim.

Art. 6º Os estabelecimentos abrangidos por esta Resolução poderão dispor da seguinte capacidade máxima de alojamento:

I - 60 (sessenta) residentes;

II - 90 (noventa) residentes, excepcionalmente para estabelecimentos que iniciaram suas atividades antes de 07 de novembro de 2011 e já dispõem desta capacidade instalada na data da publicação desta resolução.

Art. 7º Todos os estabelecimentos objeto desta Resolução Normativa devem garantir a acessibilidade às Pessoas com Deficiência - PcD, incluindo os trabalhadores, de acordo com as legislações específicas vigentes.

Art. 8º Os estabelecimentos abrangidos por esta Resolução deverão dispor minimamente dos seguintes ambientes:

I - Setor de alojamento:

a) Quartos coletivos para, no máximo, 6 (seis) residentes cada, com área mínima de 5,5 m² (cinco metros e meio quadrados) por residente, em cama individual, sendo permitido uso de beliches com até 02 (duas) camas superpostas. Este dimensionamento já inclui área para guarda de roupas e pertences dos residentes;

b) Banheiro(s) para residentes, com 1 (um) bacio, 1 (um) lavatório e 1 (um) chuveiro para cada 6 (seis) residentes, sendo que ao menos um banheiro deve estar adaptado para o uso de PcD, atendendo ao estabelecido na ABNT-NBR 9050 ou a que vier a substituí-la;

c) Quarto(s) para trabalhadores que permanecem no período noturno (separados por sexo), com área mínima de 5,5 m2 por cama individual. Este dimensionamento já inclui área para guarda de roupas e pertences dos trabalhadores;

d) Banheiro exclusivo para os trabalhadores.

II – Setor de nutrição: Deve atender, no que couber, a Resolução RDC nº 216/2004/ANVISA, a qual dispõem sobre regulamento técnico de boas praticas para serviços de alimentação ou outra que venha a substituir.

III - Outros setores: Setores administrativos, de apoio logístico, e de reabilitação e convivência, devem atender as determinações da Resolução RDC nº 29/11/ANVISA.

Art. 9º Todos os atos normativos mencionados nesta Resolução Normativa, quando substituídos ou atualizados por novos atos, terão a referência automática atualizada em relação ao ato de origem.

Art. 10 O descumprimento das determinações contidas nesta Resolução Normativa constitui infração de natureza sanitária, sujeitando o infrator às penalidades previstas na Lei Estadual 6.320, de 20 de dezembro de 1983, suas atualizações ou instrumento legal que venha a substituí-la, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

Art. 11 Os casos omissos e dúvidas relativas à interpretação e aplicação desta Resolução Normativa serão dirimidos pela Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual.

Art. 12 Esta resolução entra em vigor (90) noventa dias após sua publicação em Diário Oficial.

Art. 13 Fica revogada a Resolução nº 002/DIVS/2011 de 07 de novembro de 2011.

Lucélia Scaramussa Ribas Kryckyj
Diretora da Vigilância Sanitária
Superintendência de Vigilância em Saúde
Secretaria de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 907227

AVISO DE NOTIFICAÇÃO nº6.2023.SES.GABS de 24/04/2023.

A Secretaria de Estado da Saúde leva ao conhecimento da Sra **ANDRESA LIDIA DE JESUS**, matrícula 0998055-5-01, que tramita nesta secretaria o Processo SES 129385/2020, que trata de regularização funcional da servidora, e que nele foram apurados valores a serem ressarcidos ao erário. Fica estabelecido o prazo de 15 dias a contar desta publicação, para manifestação do interessado, de acordo com o art6, IV, do decreto nº1.886, de 2013.

CARMEN EMILIA BONFA ZANOTTO
SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE

Cod. Mat.: 907341

EXTRATO DE RELATÓRIO

No dia 03/02/2023 foi realizada Reunião da CAF - COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO do **Contrato de Gestão Emergencial 001/2021**, firmado com a **Organização Social Fundação de Apoio ao HEMOSC/CEPON - FAHECE**, para gerenciamento e operacionalização do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU SC. A pauta da reunião foi análise e homologação do **Relatório de Avaliação de Execução das Metas e Resultados** referente ao primeiro, e único, trimestre, do Contrato de Gestão Emergencial, cujos resultados seguem conforme quadro abaixo.

O Relatório de Avaliação de Execução das Metas e Resultados – 1º Trimestre 2022 - Contrato de Gestão Emergencial 001/2021 foi publicado na íntegra no site: <https://www.saude.sc.gov.br/index.php/documentos/informacoes-gerais/organizacoes-sociais/contratos-de-gestao/contratos-de-gestao-finalizados/servico-de-atendimento-movel-de-urgencia-samu/c-g-e-001-2021-organizacao-social-fahece/21029-relatorio-metas-e-execucao-contrato-gestao-emergencial-001-2021/file>

ANÁLISE QUANTITATIVA		
Produção Assistencial	META	ALCANCE
MP I e MP II - Realizar 100% dos atendimentos de urgência e emergência (AUE) e transferências inter-hospitais (TIH) despachados pelas Centrais de Regulação às Urgências (CRU) e ou CERINTER	7.542 AUE 1.848 TIH	100%
MP I e MP II – Iniciar deslocamento, após acionamento pela CRU, dentro de tempo previsto conforme classificação de risco	Entre 85% e 100% do tempo previsto por código de atendimento	72,66%
ANÁLISE QUALITATIVA		
Indicadores de Qualidade	META CONTRATUAL	ALCANCE
Pesquisa de Satisfação do Usuário	Entre 85% a 65% das PSU são satisfatórias	72,4%
Disponibilidade da Frota	100 % das unidades disponíveis em até 05 horas após informar baixa	Não apresentado
Rotatividade de Colaboradores	Abaixo de 40% no trimestre	7,85%
Tempo Resposta após Acionamento em Código Vermelho	Entre 85% e 100% do tempo previsto	70%
Serviço de Atendimento ao Usuário	Resolução de 80% das queixas recebidas via Ouvidoria SES/SC	100%

Capacitação de Pessoal	Capacitar, no mínimo, 55 profissionais no trimestre	100%
------------------------	---	------

Cod. Mat.: 907248

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO.

Decisão: A Secretária de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 58949/2023** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa CM HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 12.420.164/0001-57, a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 103.941,71 por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº 3074/2023 – Edital nº 841/2022.

Cod. Mat.: 907084

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO.

Decisão: A Secretária de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 58919/2023** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **NOVARTIS BIOCÊNCIAS S/A**, CNPJ nº 56.994.502/0027-79 a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 95.903,34 por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº 729/2023 – Edital nº 1361/2022.

Cod. Mat.: 907124

Segurança Pública

Polícia Militar

PORTARIA Nº 237/PMSC de 04/05/2023.

DESIGNO, com base no Art. 22, inciso XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 5º da Lei Complementar nº 380/07 e combinado com Art. 4º, Inciso I do Decreto Estadual nº 1274/2021, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado – **Ademir Vaz**, 3ºSargento PM RR Mat. 922181-6, **a contar de 05/05/2023.**

AURÉLIO JOSÉ PELOZATO DA ROSA
Coronel PM Comandante-Geral da PMSC

Cod. Mat.: 907217

PORTARIA Nº 238/PMSC de 04/05/2023.

DESIGNO, com base no Art. 22, inciso XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 5º da Lei Complementar nº 380/07 e combinado com Art. 4º, Inciso I do Decreto Estadual nº 1274/2021, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado – **Marcio da Silva**, 3º Sargento PM RR Mat. 920944-1, **a contar de 05/05/2023.**

AURÉLIO JOSÉ PELOZATO DA ROSA
Coronel PM Comandante-Geral da PMSC

Cod. Mat.: 907235

Portaria nº231/PMSC, de 03/05/2023

Com fulcro no Art. 22, XXI, da Constituição Federal, no Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.010/83, de acordo com o Art. 107 da Constituição do Estado de Santa Catarina e no Ato nº 1.395 de 20 de dezembro de 2019 da PMSC, TRANSFIRO, COM ÔNUS PARA O ESTADO, por necessidade do serviço, com vistas à manutenção e composição estratégica dos quadros funcionais da Corporação, vindo a reforçar o efetivo Policial Militar na OPM de Destino, para que seja possível o adequado atendimento de suas demandas administrativas e operacionais, conforme protocolo no SIGRH, o(s) militar(es) estadual(ais) abaixo relacionado(s):

Nota de transferência nº 283/DP-2/2023TENENTE CORONEL PM Matrícula 0922338-0-01 DANTE DA COSTA CHIERIGHINIOPM de Origem: 5B (TUBARAO)OPM de Destino: ACI (FLORIANOPOLIS) Data de Desligamento da OPM de Origem: 03/05/2023Data de Início do Trânsito: 04/05/2023Data de Apresentação na OPM de Destino: 17/05/2023

Nota de transferência nº 278/DP-2/2023MAJOR PM Matrícula 0922637-0-01 LUIZ PAULO FERNANDESOPM de Origem: 35B-SCMT (BRACO DO NORTE)OPM de Destino: 8CR-COPOM (TUBARAO) Data de Desligamento da OPM de Origem: 26/04/2023Data de Início do Trânsito: 27/04/2023Data de Apresentação na OPM de Destino: 04/05/2023